

ANÁLISE DOS PLANOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - 1998 E 2009

Elaine dos Santos Pereira Frederico Ferreira de Oliveira

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é elaborar o estudo comparativo dos planos de turismo de Petrópolis: Plano Indutor de Turismo de 1998 e o Plano Imperial de Turismo, redigido ao longo do ano de 2009 por meio da teoria de planejamento turístico brasileira. A metodologia adotada para a construção desta pesquisa baseou-se a abordagem qualitativa, devido à natureza de tratamento e análise dos dados, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. O estudo dos Planos Turísticos de Petrópolis dos anos de 1998 e 2009 aludidos à teoria de planejamento turístico mostrou-se importante para demonstrar que é necessária a aplicação do arcabouço teórico para a pesquisa desses planos, além servir como espaço para o questionamento da estruturação e aplicação dos instrumentos turísticos petropolitanos à realidade local.

Palavras-chave: Planejamento Turístico; Plano Turístico; Petrópolis/RJ.

ABSTRACT: The objective of this research is to develop the comparative study of Petropolis tourism plans: Inductor Tourism 1998 and the Imperial Tourism Plan, drawn up during the year 2009 by the Brazilian tourism planning theory. The methodology adopted for the construction of this research was based on a qualitative approach, due to the nature of processing and analysis of data, through the bibliographical and documentary research. The study of rental plans Petropolis the years 1998 and 2009 alluded to tourism planning theory proved to be important to demonstrate that the application of theoretical framework for researching these plans is required in addition serve as a space for questioning the structuring and implementation of Petrópolis tourist instruments to local conditions.

Keywords: Tourism Planning; Tourism Plan; Petrópolis/RJ.

1 INTRODUÇÃO

O município de Petrópolis/RJ apresenta iniciativas e projetos para que o planejamento turístico seja colocado em prática, demonstrando também o crescimento e desenvolvimento econômico do município. Constata-se ainda, a existência de uma infraestrutura turística sólida e a participação do poder público e privado comprometidos com a atividade turística da cidade, por meio das ações do Conselho Municipal de Turismo de Petrópolis.

Petrópolis/RJ apresenta um processo de planejamento turístico pautado em dois documentos desenvolvidos pelo município: O Diagnóstico Preliminar – Versão para Informação do Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998 e o Plano Imperial de 2009.



O objetivo desta pesquisa é elaborar o estudo comparativo dos planos de turismo de Petrópolis: Plano Indutor de Turismo de 1998 e o Plano Imperial de Turismo, redigido ao longo do ano de 2009 por meio da teoria de planejamento turístico brasileira apresentada por Beni (2007), Dias (2008), Barretto (2009) e Ruschmann (2009), dentre outros.

O planejamento é um processo que admite um conjunto de ações que possibilitam o desenvolvimento das localidades receptoras da atividade turística. Os processos de planejamento envolvem a elaboração e análise de políticas públicas, planos e a constituição de projetos para que a atividade turística possa ser desenvolvida de maneira a gerar impactos positivos na localidade e, ao mesmo tempo ter seus impactos negativos minimizados pelo monitoramento de sua efetividade no espaço/território da ação turística.

A metodologia adotada para a construção desta pesquisa baseou-se a abordagem qualitativa, devido à natureza de tratamento e análise dos dados, por meio da pesquisa bibliográfica e documental.

E, para compreensão dos elementos dos planos de turismo, empregou-se a técnica da análise de conteúdo estabelecida por meio de critérios comparativos sobre as características conceituais a partir dos parâmetros para a redação de planos de turismo segundo os apontamentos de Cruz (2001) e Molina (2005).

O município de Petrópolis/RJ foi analisado nessa pesquisa devido ao fato de possuir a atividade turística como elemento integrante da dinâmica socioeconômica, além de ser reconhecida pelo Ministério do Turismo como um dos 65 destinos indutores do turismo, devido à relevância deste setor e da atratividade exercida perante o cenário nacional.

A intenção da análise empreendida não foi para criar uma simples comparação de dados entre os planos turísticos do município de Petrópolis/RJ, mas sim de propor uma observação dos avanços realizados de um plano para outro, de modo que o plano turístico seja revisto, atualizado e ampliado a partir das demandas existentes, tendo em vista que as ações apresentadas nos planos são desconexas da realidade turística do município.

A temática da análise dos avanços empreendidos pelo planejamento turístico de Petrópolis/RJ é relevante, tendo em vista que, proporciona a observação



dos avanços realizados de um plano para outro, assim como compreender que a atividade turística e, por conseguinte, seu planejamento, não são elementos amórficos.

O planejamento turístico é feito a partir dos elementos, atividades, serviços que operam no espaço em análise a partir da perspectiva tempo: a cada período temporal é necessário que o instrumento que visa orientar a atividade turística, como o plano turístico, seja revisto, atualizado e ampliado a partir das demandas existentes.

Contudo, para a análise dos avanços executados por meio dos planos de turismo é preciso que exista um elemento que balize, ou que crie categorias de análise para a compreensão das melhorias, inovações e implementação feitas e/ou a serem feitas na realidade turística.

2 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANOS DE TURISMO NO BRASIL

A construção da política de turismo no Brasil seguiu um traçado comum com o histórico político e organizacional do Estado enquanto como forma de governo. Nos últimos 70 anos, a atividade turística foi limitada por um conjunto de leis e decretos transitórios inibindo um melhor exercício da atividade como um todo (CERQUEIRA, 2009).

O cenário das políticas públicas brasileiras até o ano de 1980, se caracterizava pela centralização decisória e financeira na esfera federal, tendo os estados e municípios quando envolvidos nas políticas, o papel de executores das iniciativas formuladas centralmente, tendendo a estabelecer uma articulação entre governos municipais, estaduais e federal baseadas na troca de favores de cunho clientelista (RONCARATTI; FONTENELLE, 2008).

Contudo, para que as políticas públicas possam ser aprovadas e por serem suas verbas a principal fonte de financiamento, Cooper et al. (2007) afirma que o vínculo com governo é mantido, porém, poucos governos deixam de ditar diretrizes específicas que influenciarão os resultados políticos.



O processo de construção da política de turismo no Brasil foi instituído pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994, que propõe a atuação dos municípios no desenvolvimento da atividade turística (DIAS, 2008).

Em 1996, soma-se a esse programa, o documento Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas 1996/1999 lançado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que baseava-se em cinco macroestratégias: implantação de infraestrutura básica e turística; capacitação de recursos humanos para exercício no mercado turístico; reformulação da legislação; descentralização da gestão do turismo e, promoção da atividade no Brasil e no exterior (DIAS, 2008).

Com a posse do presidente Luiz Inácio da Silva, Lula, em 2003, configura-se a criação de um Ministério próprio para o turismo, demonstrando a valorização da atividade pelo governo e promovendo o desenvolvimento de uma política nacional do turismo por meio do planejamento de planos e programas de incentivo às atividades turísticas.

Neste contexto, o governo lança o Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003/2007 (BRASIL, 2003) com o intuito de promover o Ministério do Turismo como articulador do processo de desenvolvimento do turismo preocupando-se nitidamente com a política de descentralização e participação dos municípios na gestão do turismo sugerindo ações para a consolidação do turismo nacional (DIAS, 2008).

A temática participação social como elemento necessário à consolidação das ações políticas e de planejamento é discutida e analisada por Beni (2006), Loch e Walkowski (2009) e Mielke (2009), reforçando a ação adotada pelo Ministério do Turismo durante o período de 2003/2007 e tendo continuidade no Plano Nacional de Turismo 2007/2010 e 2013-2016 (BRASIL, 2013).

Segundo o Plano Nacional de Turismo 2003-2007, o crescimento e consolidação da atividade turística no Brasil deve ser produto do fortalecimento do mercado interno, o qual solidifica as bases necessárias para a ampliação da oferta turística internacional. O mercado doméstico representa um grande potencial para o desenvolvimento do setor e é definido por viagens não rotineiras dentro do território nacional com, no mínimo, um pernoite (BRASIL, 2003).



Salvo algumas semelhanças do discurso da Política Nacional de Turismo apresentado em 1996, o Plano Nacional de Turismo de 2003 apresenta algumas diferenciações na formulação dos sete macroprogramas visando os seguintes objetivos: integração da gestão de relações institucionais no processo de decisão das ações ligadas ao turismo; estímulo à ampliação e melhoria da infraestrutura turística do país e captação de investimentos para a atividade; melhoria da qualidade de vida das cidades turísticas; estruturação e diversificação da oferta turística; promoção da qualidade do produto turístico; apoio à comercialização da atividade; e, suporte às ações de marketing e informações turísticas (DIAS, 2008).

No contexto nacional, o Plano Nacional do Turismo 2003/2007, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2003), a atividade turística vem sendo priorizada pelo governo e administrada por meio de uma gestão descentralizada, permitindo que o país apresentasse resultados satisfatórios nos últimos anos.

Esses dados atualizados pelo Plano Nacional do Turismo 2013/2016 (BRASIL, 2013) demonstram que com a realização do diagnóstico proposto por Molina (2005) e por Asarah (2009) a duração de médio e longo prazo é conseguida por meio da utilização de informações confiáveis.

Com a proposta da criação de novos produtos de qualidade, o Ministério do Turismo lançou, em 2004, o Programa de Regionalização do Turismo, com o objetivo de promover a interiorização e inclusão de novos destinos para a comercialização em nível interno e externo (BRASIL, 2005).

Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística por meio de prévios processos de planejamento das regiões receptoras de turismo (BRASIL, 2005).

É fato, conforme aponta Beni (2007), que o planejamento deve atrelar o produto turístico às motivações e preferências dos turistas com o intuito de harmonizar o destino à experiência desejada do turista.

Na visão defendida por Fávero (2006), é difícil identificar, em nível municipal, o perfil da demanda turística e executar uma análise deste mercado, sendo necessária, a utilização da coleta de dados primários das características dos turistas em viagens para ter noção da situação do objeto de planejamento.



Complementa Molina (2005) que este diagnóstico proposto por Fávero (2006) deve abordar ainda os aspectos gerais do setor turístico, como por exemplo, o volume interno de turistas, a análise da oferta e da demanda para melhor traçar o perfil dos turistas no município.

Complementando com o pensamento de Wanderley-Filha et al. (2013) a ação da política pública deve ser orientada por meio de ações conjuntas visando a promoção e o desenvolvimento de atividades turísticas que auxiliem a manutenção da cultura e das tradições locais.

Toda esta discussão a respeito das políticas públicas brasileiras demonstra que escopo do Estado Nacional é ainda incipiente no que se refere a um maior detalhamento de leis e normativas públicas destinadas ao planejamento e desenvolvimento da atividade turística (DIAS, 2008; BARRETO, 2009; RUSCHAMANN, 2009), uma vez que, esta atividade é ainda vista como um novo elemento para as economias municipais e/ou regionais carecendo de maiores estudos e compreensões para a correta determinação de regulamentos próprios.

É notável que a partir do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 que propõe a regionalização de destinos, como descrito e afirmado pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2005), Cruz (2005) e Dias (2008), a atividade turística local conquista visibilidade como produto turístico e atividade econômica promotora do desenvolvimento social, econômico e cultural.

Para tanto, é preciso analisar se nas realidades locais a teoria esboçada e os regulamentos governamentais são seguidos e postos em práticas, pesquisando o município de Petrópolis/RJ e seus planos de turismo como elementos dessa pesquisa.

3 PLANOS DE TURISMO EM PETRÓPOLIS: APLICAÇÃO DA TEORIA NO CAMINHAR TURÍSTICO DA CIDADE IMPERIAL

A análise da atividade turística de Petrópolis/RJ se dá a partir dos instrumentos político-legais vigentes: o Plano Diretor de Turismo, denominado como Plano Imperial, nas suas duas versões, a primeira editada em 1998 e a segunda revisada e ampliada em 2009.



Neste contexto, o Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor de Petrópolis (PETRÓPOLIS, 2014a), segundo disposições do artigo 38º, a política de cultura e turismo do município são tratados de forma integrada, atendendo aos aspectos de produção simbólica e diversidade cultural; cultura, cidade, cidadania, desenvolvimento sustentável, turismo, esporte e lazer.

Complementa o artigo 39º do Projeto de Lei de Revisão do Plano de Diretor de Petrópolis apontando as diretrizes que deverão orientar a elaboração de programas que visem contemplar todo o território municipal na política de cultura e turismo, incentivando a participação de segmentos culturais e turísticos e a promoção de ações que contribuam para a interação de diversos grupos de forma a utilizar a diversidade como oportunidade de atrativo cultural; bem como, propõe a recuperação e manutenção da infraestrutura e dos equipamentos relacionados aos destinos turísticos e a valorização das manifestações de cultura popular (PETRÓPOLIS, 2014a).

É relevante destacar que a implantação do Plano Diretor para o município busca considerar a importância e a relação do turismo para a localidade, uma vez que, a atividade turística efetiva a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade do município como destino turístico. Para tanto, é fundamental que o município busque manter a coerência da política do turismo local com as demais políticas públicas de desenvolvimento da cidade contempladas pelos instrumentos de política urbana como objetivo de estabelecer o planejamento da atividade turística atrelado ao desenvolvimento da cidade.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2007) apresenta que o processo de planejamento turístico deve se dá pela instância participativa, ou seja, por meio do Conselho Municipal de Turismo, espaço de articulação e discussão composto por representantes do poder público local, iniciativa privada e por representantes da comunidade local, democratizando a discussão a respeito de como se dará o desenvolvimento e crescimento do setor turístico e os demais elementos integrantes a esta atividade.

A partir desta conjuntura, o município de Petrópolis/RJ, por meio da Lei nº 4.692 de janeiro de 1990, com alterações da Lei nº 5370/97 e do decreto nº 561 de 08 de abril de 2003, criou o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) com a



finalidade de consolidar a participação da sociedade civil na deliberação, orientação e promoção da política geral de turismo a ser optada pelo município (PETRÓPOLIS, 2014b).

Como competências do Conselho Municipal de Turismo do município de Petrópolis/RJ são atribuídas as seguintes funções, como por exemplo: aprovar seu regimento interno com base nas diretrizes da Política Nacional de Turismo; providenciar a instituição do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) com objetivo de concentrar recursos de várias procedências com o intuito de consolidar a atividade turística do município; participar da elaboração e aprovação do Plano Diretor de Turismo – Plano Imperial; propor medidas alternativas socioeconômicas, culturais e ambientas, geradoras de oportunidades de trabalho e renda que propicia a melhoria na qualidade dos produtos e serviços da atividade turística; entre outras atribuições (PETRÓPOLIS, 2014b).

Assim, o município de Petrópolis/RJ busca consolidar o planejamento da atividade turística de acordo com os padrões determinados pelo Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2007) no município, devendo compreender um sistema de monitoria e avaliação capaz de fornecer informações necessárias à administração das metas e diretrizes para a execução eficiente da atividade turística.

A seguir, são esboçados alguns elementos contidos no Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998 e no Plano Imperial de 2009 e analisados a partir de Dias (2001) e Molina (2005):

QUADRO 01: Itens Analisados a partir dos Planos Turísticos de Petrópolis/RJ

ITENS ANALISADOS A PARTIR DE DIAS (2001) E MOLINA (2005)	PLANO INDUTOR DO TURISMO DE PETRÓPOLIS DE 1998	PLANO IMPERIAL DE 2009
O Terrítório e Logística do Município	Existente	Existente e Atualizado
Demografia	Existente	Existente e Atualizado
Recursos Humanos	Existente	Existente, Atualizado e Sintético
Aspectos Econômicos	Existente	Existente, Atualizado e Sintético
Infraestrutura Básica	Existente	Inexistente
Transporte	Existente	Inexistente
Manifestações e Usos Tradicionais e Populares	Existente	Inexistente
Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas	Existente	Inexistente
Atividades Turísticas	Existente	Inexistente
Atrativos Turísticos	Existente	Existente e Atualizado
Acontecimentos Programados	Existente	Existente e Atualizado
Infraestrutura Turística	Existente	Existente e Atualizado
Ações de Marketing	Existente	Existente e Atualizado
Perfil do Visitante de Petrópolis	Existente	Existente e Atualizado

Fonte: Elaboração própria, 2014.



Para Dias (2008), o município deve elaborar um plano de desenvolvimento turístico que proponha a análise socioeconômica e territorial com o intuito de explorar a história e o espaço geográfico do município, considerando os aspectos demográficos, econômicos, institucionais e de infraestrutura social. É relevante destacar a existência destes itens abordados por Dias (2008) na formulação do Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998 e a atualização destes dados no Plano Imperial de 2009.

Tendo em vista os aspectos território e logística do município, pode-se observar que a forma da apresentação das informações feitas no Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998 é sintética e objetiva, não descrevendo e nem analisando os dados como localização e sua importância geográfica junto à rodovia Washington Luís (BR-040) e a proximidade com a região metropolitana do Rio de Janeiro.

No Plano Imperial de 2009 estas informações estão com melhor detalhamento dando destaque à proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, além do Aeroporto Internacional Tom Jobim, como principal portal de entrada de turistas internacionais, seja na cidade do Rio de Janeiro, quanto para a região serrana fluminense.

No que tange os aspectos relacionados à demografia, aos recursos humanos e econômicos apontados no Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998 nota-se que os dados informados são apresentados de maneira superficial e sintética. No caso das informações relativas à demografia do município é dada relevância a utilização de índices de distribuição da população de Petrópolis/RJ desatualizados dos anos de 1991 a 1995, para a elaboração do Plano de 1998.

O mesmo ocorre para descrever os aspectos humanos ao retratar no Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998, de forma sintética, o nível de qualificação da mão de obra, traçando, pormenorizadamente, o formato da rede pública e privada de ensino do município.

No caso dos aspectos econômicos mencionados no Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998 se deu importância à identificação do posicionamento do município de Petrópolis/RJ em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) na Região Serrana. É possível observar que foram levantadas informações do ano de 1995,



tornando a versão do plano desatualizado ao período abordado, e, sem apontar um histórico de dados atualizados, propondo realizar uma previsão de investimentos na área de turismo até o ano de 2000.

No Plano Imperial de 2009, estes dados são atualizados, preocupando-se em apresentar informações evolutivas acerca dos índices populacionais, recursos humanos e econômicos mencionados no plano anterior. No caso das informações populacionais é apontado um quadro comparativo dos anos de 1991, 1996, 2000 e 2007, aproximando a proposta do Plano Imperial de 2009 à realidade vigente.

Ao abordar os aspectos humanos no Plano Imperial de 2009, observa-se a preocupação em indigitar a evolução dos indicadores da educação no município, relatando dados comparativos com o Estado do Rio de Janeiro e do Brasil como os números de matrículas, docentes e escolas por série, além de fazer menção aos indicativos da educação no município no ano de 2007 por meio das informações do número de alunos matriculados e distribuídos nas instituições de ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior da rede privada e pública da cidade.

A atualização destes dados no Plano Imperial de 2009 aponta a existência da preocupação em elaborar um plano de desenvolvimento turístico que propõe executar uma avaliação socioeconômica e territorial do município, conforme aponta Dias (2008), Molina (2005) e Fávero (2006), por meio da análise do mercado e avaliação de dados com o uso de resultados de alcançados de planos anteriores, sendo necessária a realização de pesquisas da estrutura social e econômica da localidade.

Outro componente da oferta turística contido no Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998, porém não mencionado no Plano Imperial de 2009 é a condição da infraestrutura e existência de serviços básicos do município que compreende as comunicações, transportes, serviços de água e esgoto e o planejamento do uso e ocupação do solo.

No Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998 observa-se o relato descritivo dos serviços de saneamento básico, coleta e destino final do lixo, sistema de saúde do município, fornecimento da energia elétrica, comunicações, as corporações de segurança e sinalização, priorizando indicar os entes responsáveis pelo fornecimento de tais serviços.



A organização funcional da infraestrutura e os serviços básicos, segundo Dias (2008), Ruschmann (2009) e Barretto (2009) oferecem condições adequadas para satisfação das necessidades primárias dos turistas, podendo contribuir ainda, na formação de uma imagem positiva da localidade, aumento do fluxo de turistas e na melhoria da qualidade de vida da população receptora.

No aspecto referente aos transportes do município de Petrópolis/RJ, o Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998 sinaliza de forma enumerada o serviço de transporte rodoviário e urbano que atende o município, destacando a principal via de acesso à cidade, a BR-040, importante ligação do município à região Metropolitana do Rio de Janeiro, Juiz de Fora/MG e Belo Horizonte/MG, contando ainda com o entroncamento da BR-393, em Três Rios, que possibilita o acesso a São Paulo, sul e nordeste do País. No serviço de transporte aéreo, neste mesmo plano, faz-se referência a utilização dos aeroportos da cidade do Rio de Janeiro, Internacional do Rio de Janeiro (AIRJ) e Santos Dumont (ASD), tendo em vista que o município de Petrópolis/RJ não disponibiliza aeroportos.

Já no Plano Imperial de 2009, não existe menção da categoria relativa aos transportes do município de Petrópolis/RJ, apenas alguns apontamentos históricos da Serra da Estrela na formação da cidade e, futuras metas apresentadas, como criação de estacionamentos de ônibus turísticos no Centro Histórico.

Contudo percebe-se na leitura e análise do Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998 e o Plano Imperial de 2009, que os dados apresentados são essencialmente descritivos, não configurando a dimensão enunciada pelos autores Dias (2008), Ruschmann (2009) e Barretto (2009), para os quais o plano de turismo deve esmiuçar ao máximo a apresentação desses dados, para que os futuros programas, projetos e objetivos sejam relacionados à correção, ampliação ou inovação de serviços tanto para o atendimento dos membros da comunidade receptora quanto para turistas e visitantes.

Dando continuidade análise dos planos de turismo de Petrópolis/RJ, as categorias Manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e atividades turísticas são apresentadas junto ao plano de 1998, mas ao fazer a leitura do plano de 2009 tais categorias não são citadas e/ou inseridas em outras partes do plano.



Tais categorias representam a ideia defendida por Beni (2007) de que o planejamento turístico deve harmonizar aquilo que ele tem como oferta turística, buscando atender às expectativas e motivações dos turistas e visitantes.

Dessa forma, esperava-se encontrar no plano de turismo de 2009 da cidade de Petrópolis/RJ a atualização dos dados mencionados em 1998, no entanto a leitura por tópico leva à compreensão da inexistência desses dados, como demonstrado no quadro 01.

Todavia, mediante a leitura e a pesquisa realizada junto aos planos de turismo de 1998 e 2009 apresentaram dissonâncias não só nas categorias analisadas, como também nos dados inseridos.

No que se refere às manifestações e usos tradicionais e populares, categoria apresentada em 1998 não aparece no plano de 2009, mas esses dados são descritos ao longo do novo plano, mencionados no tópico referente à cultura, evento e gastronomia.

E, compreendendo que o plano de turismo é o espaço para a colocação/apresentação de dados e informações relativas à cultura, evento e gastronomia, o Plano Imperial de Turismo de 2009 não faz a sequência lógica para o leitor e/ou pesquisador, devendo o mesmo encontrar tais informações dispersas e não formatadas ao exemplo de 1998, denotando que o modelo teórico proposto por Dias (2001) e Molina (2005) são descartados pela equipe que elaborou tal documento.

Outra vez a hipótese de que a teoria deve apenas permanecer nos livros e estudos científicos é corroborada, pois o leitor que busca se informar a respeito das manifestações e usos tradicionais e populares, deve possuir boa compreensão não só da temática turismo, como também das dimensões não publicadas pela academia.

Essa discussão permeia as categorias realizações técnicas e científicas contemporâneas e atividades turísticas, as quais não são mencionadas no Plano Imperial de Turismo de 2009, mas sendo o seu conteúdo exposto em diferentes tópicos ou textos do plano.

Dando sequência a explanação dos itens apresentados no quadro 01, são listados, descritivamente, ainda no Plano Indutor do Turismo de Petrópolis de 1998



as seções de atrativos turísticos, acontecimentos programados e infraestrutura turística do município de Petrópolis/RJ.

No caso dos atrativos turísticos é dada importância ao detalhamento dos atrativos naturais, relacionando o conjunto de montanhas, quedas d'água e poços, hidrografia, parques e reservas de flora e fauna, que abriga o município de Petrópolis/RJ. Em um segundo momento são apresentados os atrativos histórico-culturais do município, pondo em evidência, a relação de monumentos de importância histórica e/ou arquitetônica encontradas no município.

O mesmo formato é adotado no Plano de 2009 ao apresentar os acontecimentos programados no município de Petrópolis/RJ. Este item é exposto por meio de um calendário único de eventos organizado pela Prefeitura Municipal de Petrópolis, Museu Imperial e outras iniciativas, enumerando os seguintes eventos: aniversário da cidade, Bauernfest, carnaval, Exposição Agropecuária, Festa da Criança, Festa da Primavera e Natal Iluminado.

Quanto aos dados informados no Plano Indutor de Turismo de 1998 relativos à infraestrutura turística do município, são mencionados os equipamentos e serviços turísticos como os meios de hospedagem, serviços de alimentação e entretenimento. No Plano de 1998 são apresentados outros serviços turísticos como as agências de viagem, atendimento a veículos, bancos, espaços para convenções e eventos, além de índices de informações turísticas levantadas durante o ano de 1997.

Percebe-se que a formulação do Plano Indutor de Turismo de 1998 tenta apenas manter um banco de dados atualizado à época, do município de Petrópolis/RJ, sem apresentar, portanto, programas de promoção da imagem da cidade em um mercado competitivo.

Em contrapartida, o Plano Imperial de 2009, busca informar os dados de atrativos turísticos, acontecimentos programados e infraestrutura turística do município de Petrópolis/RJ., apurando informações mais atualizadas em relação ao plano anterior, promovendo ainda, a integração de diversos segmentos que atuam no mercado de turismo.

O Plano Imperial de 2009 acentua as características apontadas pelo Plano de 1998 quanto à seção dos atrativos turísticos do município de Petrópolis/RJ.,



como destinação turística diferenciada que se caracteriza pela diversidade de atrativos histórico-culturais aliados à riqueza natural e a oferta de opções de compras e gastronomia, capazes de atrair turistas para a cidade.

Diferentemente do Plano de 1998, o Plano Imperial de 2009 propõe a execução de ações que possam contribuir para a consolidação da imagem da cidade de Petrópolis/RJ como destinação turística, destacando-se a criação de leis de incentivo municipais para a iniciativa privada do trade turístico; recuperação e reestruturação de atrativos turísticos e arquitetônicos; aplicação de sinalização viária e turística; implantação de novos projetos turísticos, entre outros.

Já na categoria de acontecimentos programados, o Plano Imperial de 2009 sinaliza estes eventos atrelados à herança cultural, social e gastronômica do município de Petrópolis/RJ, buscando fortalecer a imagem da cidade.

Além dos acontecimentos programados indicados no plano anterior, são salientados no Plano de 2009, a Semana Italiana, com o Festival D'Itália, o Bunka-Sai – Festival de Cultura Japonesa e um destaque maior a Bauernfest. Na gastronomia, consolidam-se os eventos: Petrópolis Gourmet e o Wine Week. Registra-se ainda no calendário de eventos programados do município de Petrópolis/RJ, a seguinte programação: ExpoPetrópolis, Festival de Inverno, Festival Internacional de Corais, Festival de Tecnologia, Bienal do Livro, Festival de Cinema, Petrópolis de Luz e Réveillon.

Em relação a seção de infraestrutura turística apontada no Plano Imperial de 2009, os dados sobre equipamentos e serviços turísticos como os meios de hospedagem, serviços de alimentação e entretenimento foram atualizados em relação ao plano anterior. No caso da oferta hoteleira e entretenimento, o Plano de 2009 apresenta um gráfico com índices apurados entre 2006 e 2008, observando-se a influência destas categorias oferecidas nos arredores e distritos de Petrópolis/RJ.

É importante observar que o Plano Imperial de 2009 preocupa-se em identificar os pontos fracos da infraestrutura turística do município, buscando analisar a situação das condições do ambiente interno, e, consequentemente, proporcionar possíveis mudanças no planejamento turístico, colocando em prática os pensamentos de Oliveira (2005) e Ruschmann (2009).



É relevante destacar tanto no Plano Indutor de Turismo de 1998 e no Plano Imperial de 2009, a inexistência das interações da comunidade e agentes locais, setor público e privado no processo de construção participativa do planejamento turístico do município de Petrópolis/RJ, contrariando os pensamentos de Mielke (2009).

Conforme afirmam Beni (2006) e Loch e Walkowski (2009) além das combinações das características sociais, culturais e técnicas, o planejamento turístico deve estar atrelado à participação da comunidade local e dos gestores envolvidos, resguardando os atrativos naturais e culturais por meio de políticas públicas de conservação e preservação.

Em atenção à categoria de infraestrutura turística mencionada no Plano Indutor de Turismo de 1998 e atualizada no Plano Imperial de 2009, esta expõe, de maneira superficial, o que Oliveira (2005) e Pires (2004) defendem, ao destacar os benefícios que os investimentos em infraestrutura turística podem proporcionar para a população local, visto que a atividade turística contribui para a valorização social da região receptora e de seus hábitos culturais.

Contudo, nota-se em ambos os planos de turismo do município de Petrópolis/RJ, a ausência de projetos/programas de capacitação da mão de obra implementada à realidade local, a partir de espaços educacionais próprios.

A penúltima seção apresentada no quadro 01 trata das ações de marketing apresentadas no Plano Indutor de Turismo de 1998 e atualizado no Plano Imperial de 2009 que propõe a criação de uma imagem positiva de Petrópolis/RJ por meio da implementação de ações integradas.

Assim, o Plano de 1998 busca promover o município de Petrópolis/RJ como destino turístico por meio da participação em eventos comerciais como "Rio é de Vocês", Feira de Turismo do Congresso da ABAV e Rio Negócios com intuito de fixar o produto "Petrópolis" e atrair empresários do setor ao município.

Como propostas de ações de marketing, o Plano Indutor de Turismo de 1998 visa promover a divulgação da marca da cidade de Petrópolis/RJ por meio de material promocional e campanha publicitária.

O Plano Imperial de 2009 apresenta o mesmo propósito do plano anterior, que pretende definir o posicionamento da marca Petrópolis como destino turístico,



porém, com alguns diferenciais, como orientar os programas do município para o mercado voltado a atender as necessidades dos turistas, adaptando o destino às variáveis do mercado.

Assim, o Plano de 2009 prevê como estratégia a utilização de marketing diferenciado que implica na mudança dos paradigmas com o intuito de buscar uma política de identificação dos consumidores, o que desejam experiênciar para oferecer o que o mercado tem como expectativa e não o que já existe.

Este mesmo plano identifica alguns pontos fracos nas ações de marketing que precisam ser contornadas, como: a ausência de plano de comunicação integrada para o turista e população local; ausência da divulgação dos incentivos fiscais da prefeitura em feiras, congressos, rodadas de negócios, para atrair investidores nacionais e internacionais no segmento; representação do destino turístico em feiras pela iniciativa privada gerando trabalho individualizado e fragmentando a comercialização do destino; e, em maior escala, a ausência de posicionamento para promoção do destino.

Contudo, a tomada de ações de marketing devem ser direcionadas pelo Estado e associadas à gestão participativa da comunidade no planejamento turístico, conforme defende Beni (2007), Dias (2008) e Mielke (2009), viabilizando a promoção do desenvolvimento da atividade turística que visem a melhoria da qualidade de vida da população local.

É relevante assinalar que ambos os planos de turismo de Petrópolis/RJ. não mencionam como as ações de marketing podem estar interligadas aos interesses da população local para que sejam direcionadas as atividades turísticas.

Quanto a categoria relativa ao perfil dos visitantes de Petrópolis/RJ, o Plano Indutor de Turismo de 1998 utiliza três pesquisas respectivamente dos anos de 1982, 1992 e 1995 juntamente com os relatórios de registro de solicitação de informações do Centro de Informação Turística da PETROTUR, a fim de conhecer a demanda efetiva de turistas no município.

No Plano de 1998 são apresentados também os perfis dos turistas nacionais e internacionais, a distribuição destes turistas segundo a forma de viagem, os meios de transportes e de hospedagem utilizados pelos turistas, os fatores de influência e sugestões dos turistas nacionais e internacionais.



Muito pouco é informado neste plano sobre o real perfil dos visitantes que procuram o município de Petrópolis/RJ como destino turístico, sendo enfatizado ao longo desta categoria, os perfis dos turistas nacionais e internacionais em um contexto geral e não específico da cidade.

De modo distinto, o Plano Imperial de 2009 buscou definir o perfil dos turistas de Petrópolis/RJ utilizando pesquisa qualitativa realizada em 2003 por alunos do curso de turismo da Universidade Católica de Petrópolis. Neste plano identifica-se dados/índices pautados especificamente ao turismo do município de Petrópolis/RJ relatando a proveniência, gênero, veículo de comunicação que atraiu o visitante à cidade, aspectos motivadores da visita, a organização da viagem, acomodação escolhida, faixa etária, escolaridade dos turistas e permanência média dos visitantes na cidade.

Demonstra-se assim a incipiência das pesquisas de demanda turística realizadas para a composição, seja do Plano de 1998 ou de 2009, carecendo que o município de Petrópolis/RJ busque qualificação profissional para o planejamento e o desenvolvimento de futuras pesquisas de forma mais assertiva.

O estudo dos Planos Turísticos de Petrópolis dos anos de 1998 e 2009 aludidos à teoria de planejamento turístico mostrou-se importante para demonstrar que é necessária a aplicação do arcabouço teórico para a pesquisa desses planos, além servir como espaço para o questionamento da estruturação e aplicação dos instrumentos turísticos petropolitanos à realidade local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No planejamento turístico salienta-se em dispor um ordenamento das ações conjuntas do Estado, comunidade local e iniciativa privada na tomada de decisões e promoção da atividade turística de modo a minimizar seus impactos negativos e potencializar os resultados esperados.

Para tanto percebe-se a preocupação em alinhar os temas planejamento, política e turismo como tripé do desenvolvimento da pesquisa, indicando a correlação da participação efetiva do Estado, comunidade local e agentes da iniciativa privada para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da atividade turística,



traçando a trajetória da legislação nos últimos 70 anos e sua evolução no conjunto de leis e decretos criados que visam a promoção e consolidação da atividade turística no Brasil.

Como foco principal deste estudo, observa-se que os planos de turismo do município de Petrópolis/RJ analisados a partir dos instrumentos político-legais vigentes: o Plano Diretor de Turismo, denominado como Plano Imperial, nas suas duas versões, a primeira editada em 1998 e a segunda revisada e ampliada em 2009 pouco avançam ou demonstram o seu grau de profissionalismo e/ou utilização correta de pensamentos e pesquisas na área de turismo, corroborando para a hipótese de que o turismo e a sua ação de planejamento, por meio do plano de turismo, trata-se de algo irreal ou mesmo desconexo do contexto acadêmico/teórico da atividade turística.

Os resultados demonstrados pelo trabalho permitem afirmar a importância da atualização do plano turístico do município de Petrópolis/RJ por meio da aplicação do fundamento teórico para a pesquisa e atualização do plano, além de fornecer como sítio para discussão da estruturação e aplicação dos instrumentos turísticos do município à realidade local.

A atualização do plano turístico do município de Petrópolis/RJ, segundo a análise empregada, permite em um primeiro contexto, a promoção, de forma harmoniosa e consciente, das ações de cunho social, econômico, cultural e ambiental no processo de desenvolvimento do município gerando resultados positivos para a destinação turística, e, em uma segunda conjuntura, de instrumento que conduza a formulação/revisão de ações atribuídas a outros projetos e programas destinados ao desenvolvimento e consolidação da atividade turística no município.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo**: Como Aprender, Como Ensinar. Volume 2. 4.ed. São Paulo: SENAC, 2009.

BARRETO, Margarita. **Planejamento Responsável do Turismo.** Campinas: Papirus, 2009.



BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 12.ed. São Paulo: SENAC, 2007. . Política e Planejamento de Turismo no Brasil. São Paulo: Aleph. 2006. ___. Turismo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Estratégico. Revista Turismo **& Desenvolvimento.** v. 02, n. 02, p. 99-109, 2003. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rta/article/download/68228/70775%E2%80%8E. Acesso em: 16 abr. 2014. BRASIL, Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas (2003-2007). Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/dow nloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014. ____. Plano Nacional do Turismo 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/ default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turi smo_2007_2010.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2014. ____. Plano Nacional do Turismo 2013/2016: O Turismo Fazendo Muito Mais pelo Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: http://www.turis mo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/ebook/index.html#p=2>. Acesso em: 02 mai. 2014. ___. Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil: Roteirização Turística - Módulo Operacional 7.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2005. Disponível em: http://www.sead,ufsc.br/bibliotecas/upload/roteirizacao.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

CERQUEIRA, Liz Rodrigues; FURTADO, Edna Maria; MAZARO, Rosana Mara. Políticas Públicas em Turismo no Brasil: Cronologia dos 70 Anos da Legislação



Turística e das Instituições Oficiais de Turismo. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 01-12, 2009. Disponível em:http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2009/paper/view/283. Acesso em: 21 abr. 2014.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen. **Turismo: Princípios e Práticas.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Território Usado, Território Negligenciado. **Revista Geosul**. v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234. Acesso em: 19 abr. 2014.

_____. Políticas de Turismo e Território. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FÁVERO, Ivane M. R. **Políticas de Turismo**: Planejamento na Região Uva e Vinho. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

LOCH, Carlos; WALKOWSKI, Marines a Conceição. O Processo Participativo no Planejamento Turístico do Espaço Rural de Alfredo Wagner/SC. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** v. 3, n. 1, p. 46-67, 2009. Disponível em: http://revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/viewArticle/132. Acesso em: 02 abr. 2014.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. **Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária.** Campinas: Editora Alínea, 2009.

MOLINA, Sergio. Turismo: Metodologia e Planejamento. Bauru: Edusc, 2005.



OLIVEIRA, Alexandra Campos. A Atividade Turística e seus Efeitos à População Local: Paradoxo. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 5, n. 2, p. 73-87, 2005. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=88. Acesso em: 19 mar. 2014.

PETRÓPOLIS. **Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor de Petrópolis.** Disponível em: http://ceaam.net/ptp/legislacao/>. Acesso em: 28 mai. 2014a.

_____. **Petrópolis Imperial.** Disponível em: http://www.cmp.rj.gov.br/>. Acesso em: 23 fev. 2014b.

PIRES, Ewerthon Veloso. Impactos Sócio-Culturais do Turismo sobre as Comunidades Receptoras: Uma Análise Conceitual. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 4, n. 3, 14-18, 2004. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=58. Acesso em: 19 mar. 2014.

RONCARATTI, Luanna Sant'anna; FONTENELLE, Alessandro. MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – Conhecimentos Gerais e Especializados – Nível Superior. Brasília: Vestcon, 2008. Disponível em: http://www.vestcon.com.br/ft/2771.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável**: A Proteção do Meio Ambiente. 14.ed. Campinas: Papirus, 2009.

WANDERLEY-FILHA, I.; AZEVEDO, F.F.; NÓBREGA, W.R.M.; ALBUQUERQUE, J.C. Planejamento e Políticas Públicas do Turismo: Uma Discussão Teórica no Contexto das Unidades de Conservação do Brasil. IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v. 6, n. 4, p. 27-44, 2013. Disponível em: http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/.../567. Acesso em: 21 abr. 2014.